



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE - PB

Rosimere Carmem Melo de Queiroz

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO
MUNICÍPIO DE PRATA-PB: Ferramenta utilizada para o
fortalecimento da economia familiar e incentivo à Economia Solidária**

Sumé – PB
2013

ROSIMERE CARMEM MELO DE QUEIROZ

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO
MUNICÍPIO DE PRATA-PB: Ferramenta utilizada para o
fortalecimento da economia familiar e incentivo à Economia Solidária**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé – PB
2013



Q384c Queiroz, Rosimere Carmen Melo de.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Prata-PB: ferramenta utilizada para o fortalecimento da economia familiar e incentivo à economia solidária. / Rosimere Carmen Melo de Queiroz. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

41 f; il. gr.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Centro de Referência de Assistência Social. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Economia Solidária. I. Título.

UFPG/BS

CDU 37:334.73(043.1)

ROSIMERE CARMEM MELO DE QUEIROZ

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO
MUNICÍPIO DE PRATA-PB: Ferramenta utilizada para o
fortalecimento da economia familiar e incentivo à Economia Solidária**

Aprovado em: 27 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA (CDSA – UFCG)
(Orientadora)



Dra. NORMA MARIA DE OLIVEIRA LIMA (CDSA – UFCG)
(Examinadora)



Profa. Dra. LÍGIA MARIA RIBEIRO LIMA (DESA – UEPB)
(Examinadora)

Sumé – PB
2013

DEDICATÓRIA

Dedico esta produção acadêmica àqueles que, com a graça de Deus, permitiram-me a vida, meus pais.
Mãe, dona Lêda, minha maior companheira, alguém a quem amo e respeito como algo sagrado. Tenho muito orgulho de ser sua filha.
Painha, seu Queiroz (*in memoriam*), meu querido, meu velho meu amigo.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao pai celestial Jeová Deus, fonte de amor e esperança, por ter me conduzido durante toda essa trajetória.

Aos meus pais, Lêda e Queiroz (*in memorian*), pelo carinho e credibilidade na conquista desse título.

Aos meus queridos irmãos, Robéria, Ricardo e Romênia, pelo carinho e apoio.

À Fernanda Queiroz, Leticia Queiroz e Rebeca Queiroz, queridas sobrinhas que considero como minhas filhas. Agradeço pela confiança depositada em mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, pela paciência para comigo. Obrigada pela sua atenção, pois tudo que fazemos para ajudar ao próximo, pela própria lei da natureza, nos é devolvido em dobro.

À turma do curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, Pólo de Sumé, por todos os momentos que passamos ao longo desta jornada. Agradeço de coração e devo mencionar que vocês vão deixar saudades.

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PSE	Programa Saúde na Escola
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
NOB	Norma Operacional Básica
PSB	Piso Básico Variável
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
IPTU	Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana

RESUMO

Pode-se entender a Economia Solidária como um movimento da sociedade civil e, mais que isso, como uma resposta às mudanças de cunho estruturais que estão sendo processados a partir da reestruturação produtiva. Sendo assim, a Economia Solidária pode ser considerada uma alternativa de geração de renda e de trabalho. A presente pesquisa tem o propósito de tecer algumas reflexões a respeito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como ferramenta utilizada para o fortalecimento da economia familiar e incentivo à economia solidária. O trabalho apresenta como objetivos apontar os desafios enfrentados no combate às vulnerabilidades sociais, indicar quais contribuições o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz para a trajetória de melhorias das condições sociais da comunidade e explicar a importância dos CRAS para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. A relevância do estudo evidencia-se quando, na função de Assistente Social no CRAS “Edite de Sousa Barros”, Instituição pesquisada, pôde-se observar a relação da dinâmica do referido programa social com a Economia Solidária. A metodologia utilizada foi do tipo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa, através de técnica de pesquisa de campo, com utilização de instrumental em forma de questionário. Utilizou-se como amostragem 10% das 250 famílias cadastradas e atendidas na Unidade. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, verificando-se que o público feminino procura mais o CRAS do que o masculino, com idades entre 20 e 60 anos e nível de escolaridade baixo, apesar da maioria dos usuários ser formada por estudantes do EJA. Grande parte dos usuários é casada e sobrevive com apenas um salário mínimo, o que expressa as fragilidades destes.

Palavras-chave: Centro de Referência de Assistência Social. Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo Geral	11
2.2 Objetivos Específicos	11
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	14
3.2 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	17
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRATA – PB	18
3.3.1 Localização e Acesso	18
3.3.2 Aspectos Socioeconômicos	19
3.3.3 Aspectos Fisiográficos	19
4 METODOLOGIA	21
4.1 ÁREA DE ESTUDO	21
4.2 COLETA DE DADOS	21
4.3 PROCEDIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	21
4.4 TIPO DE PESQUISA	22
4.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.1 VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS	23
5.2 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO CRAS	29
6 CONCLUSÕES	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES	36
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO À POPULAÇÃO USUÁRIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EDITE DE SOUZA BARROS DE PRATA-PB	37
APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS DAS OFICINAS OFERTADAS PELO CRAS (ANO 2012)	39

1 INTRODUÇÃO

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram criados em 2004 com a proposta de ser a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) reconhece a importância fundamental dos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS. Eles, seguramente, constituem a imagem mais representativa da rede de proteção e promoção social que o Governo Federal vem implantando no Brasil. Dessa forma, o MDS vem desenvolvendo um esforço sistemático de monitoramento visando sua expansão e seu aprimoramento contínuo (CASTRO, 2009).

A consolidação dos CRAS no território nacional expressa a prioridade que se atribuiu às políticas sociais no País nos últimos anos. Ao constituírem-se como equipamento estatal, os CRAS evidenciam a compreensão de que a assistência social é um dever do Estado e, em contrapartida, um direito do cidadão. Os CRAS envolvem um número crescente de municípios brasileiros, cerca de 4 (quatro) mil em 2009, o que enfatiza o caráter republicano e federativo com que são conduzidos. A implantação desses CRAS se deu em curto espaço de tempo, de forma crescente, estruturada e levando em consideração a imensa diversidade brasileira e a necessidade de buscar respostas culturais e localmente adaptadas aos problemas objetivos das localidades (CASTRO, 2009).

O CRAS é o lugar da convergência de diferentes ações e não se limita a um programa apenas. Ele integra o Programa de Atenção Integral à Família, o PAIF, com o acompanhamento das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e dos contemplados com o Benefício de Prestação Continuada, o BPC; e os serviços de convivência com programas de segurança alimentar e nutricional e, também, com outras políticas sociais. Devido justamente a isso, os CRAS atuam com mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, reafirmando a importância da família e da comunidade na construção da autonomia e da segurança individual (OLIVEIRA, 2010).

A questão aqui levantada seria de que a Economia Solidária integraria o conjunto de organização do terceiro setor, já que o CRAS se apresenta como um movimento da sociedade civil. Porém, mais que isso, a economia solidária pode servir como uma resposta às mudanças as quais irão favorecer a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários.

Singer (2000) entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, destacando que a construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.

O presente trabalho visualizou a dinâmica do CRAS relacionada ao incentivo à Economia Solidária, a qual não pode ser vista apenas como um movimento econômico: é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social Edite de Sousa Ramos, do município de Prata-PB, sendo observado um público com perfil de economia popular solidária, apesar de ter-se percebido que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário.

Apontar os desafios enfrentados no combate às vulnerabilidades sociais, indicar quais são as contribuições que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz para as melhorias das condições Sociais da população e explicar a importância dos CRAS para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, com o olhar no CRAS Edite de Sousa Ramos, localizado na zona urbana do município de Prata-PB, são objetivos da presente pesquisa.



2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a dinâmica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Edite de Sousa Barros no município de Prata-PB, tendo-o como ferramenta utilizada para o fortalecimento da economia familiar e incentivo à economia solidária.

2.2 Objetivos Específicos

- Apontar os desafios enfrentados no combate às vulnerabilidades sociais.
- Indicar quais contribuições o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz para a trajetória de melhorias das condições Sociais da população.
- Explicar a importância do CRAS para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.
- Analisar a influência do CRAS no incentivo à economia solidária nas comunidades beneficiárias.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Há 18 anos, uma grande novidade marcou nosso sistema de proteção social. Regulamentando o texto constitucional, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada, instituindo efetivamente a Assistência Social como um direito social não contributivo. Integrante da seguridade social, a Assistência Social passa a operar sob a responsabilidade pública, ofertando serviços, benefícios, programas e projetos, e gerida sob os princípios da descentralização e democratização (BRASIL, 2010).

Com a aprovação da Política de Assistência Social, em 2004, e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), em 2005, institui-se o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A partir de então, estava posto o caminho da maturidade dessa política. Nos anos subseqüentes, coube-lhe ganhar densidade, expandindo-se em todo o território nacional, visando a garantia das seguranças de renda, convívio, acolhimento e autonomia.

Por meio do SUAS, a Assistência Social pôde contribuir significativamente para a trajetória de melhoria das condições sociais de nossa população, observada nos últimos anos. Desde 2004, milhares de brasileiros saíram da linha da miséria, repercutindo os esforços conjugados por um novo modelo de desenvolvimento que associa as dimensões econômica e social. Passamos a vivenciar a ampliação dos postos de trabalho, o continuado aumento real do salário mínimo, o fortalecimento da agricultura familiar produtora de alimentos e a ampliação das políticas de proteção social expressas no empenho de universalização dos serviços de Saúde, Educação, Assistência Social e de políticas de garantia de renda contributiva e não contributiva (BRASIL, 2010).

A Assistência Social deve mostrar-se como uma possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas e de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

A proteção social precisa garantir as seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar. A primeira é relativa à garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. A segunda em relação a necessidades humanas como alimentação, vestuário e abrigo. Por fim, a terceira relativa a não aceitação de situações de reclusão (BORTOLOZZI, 2009).

Segundo o mesmo autor, o serviço público de Assistência Social se subdivide em duas formas de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE),

subdividida em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A PSB tem como objetivos prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos — relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Os serviços de PSB são efetuados nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, que surge como porta de entrada para o SUAS. O CRAS passou a ser uma sigla corrente, conhecida de norte a sul e um tema central nas agendas municipais, estaduais e federais. Em contrapartida a esse êxito, estabeleceu-se um desafio de monitoramento e avaliação de desempenho também comum aos diferentes níveis governamentais (BORTOLOZZI, 2009).

A PSE lida, além das questões de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, com a exclusão social que, segundo o PNAS (2004), pode levar ao acirramento da desigualdade de pobreza. Entende-se, segundo concepção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que exclusão social gera a violação dos direitos dos membros da família, em especial crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados.

Esta modalidade de proteção destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2009).

O cadastramento das unidades existentes, o conhecimento de suas estruturas físicas, o levantamento dos recursos humanos mobilizados, dos serviços ofertados e da forma de funcionamento, a investigação sobre os diagnósticos realizados, os instrumentos de planejamento e os registros de informações utilizados e sobre a natureza da articulação com as redes locais passaram a ocupar o centro das atenções dos gestores.

A estratégia de enfrentamento à extrema pobreza apresentada ao país pelo Plano Brasil Sem Miséria - BSM, e que vem sendo pactuada com as esferas subnacionais de

governo e com a sociedade civil, pauta na agenda pública um desafio que só agora, com o crescente aprimoramento das políticas sociais, pode ser enfrentado. A meta de promover e ampliar a inserção social da população mais pobre (16,2 milhões de pessoas ou 8,5% da população brasileira vivendo com renda inferior a R\$ 70 mensais) não apenas se vincula ao processo de consolidação da Política de Assistência Social como a reforça (BRASIL, 2009).

Ao trazer para o centro da agenda política a parcela mais vulnerável, marcada não apenas pela insuficiência de renda, mas também pelos piores patamares de acesso às políticas sociais — tais como Assistência Social, Educação, Saúde, Água, Saneamento e Moradia, assim como pela maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o BSM aponta para a responsabilidade pública em face desta população e para o papel estratégico que cumpre a Assistência Social (GUIMARÃES, 2000). Seu principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos que a praticam e dos seus. É necessário ter uma identidade, para que se possa construir a Economia Solidária. Essa identidade não deve ficar restrita a área econômica, pois segundo o autor:

“Não há empreendimento sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade. Estudam-se as sociedades anteriores pela forma de produção. Uma é consequência da outra. A Industrialização não surge sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando numa outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade” (GUIMARÃES, 2000, pág.29).

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A chamada Economia Solidária é considerada um movimento social oriundo de iniciativas associativistas, que buscam uma nova racionalidade nas relações de produção e trocas de bens e serviços. Tal movimento não foi compreendido pelos cientistas sociais, em especial pelos economistas. Estes não conseguem absorver em seus paradigmas conceituais uma racionalidade que confronta dois dos princípios fundamentais que sustenta sua ciência: o egoísmo e o lucro (BENINI, 2008).

O termo Economia é de origem grega e significa “a gestão sábia dos bens”. Em um significado mais moderno e mais geral: economia é a ciência que dá ordem lógica à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, visando à satisfação das necessidades humanas (CANO, 1998).

Economia sempre existiu desde que o homem, no uso da razão, descobriu formas de trocar até a manipulação complexa dos atuais *emporiuns* industriais. A palavra economia, na Grécia Antiga, servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular, enquanto a administração da *polis* (cidade estado) era indicada pela expressão “economia política” (SANDRONI, 2002).

Com o passar do tempo, as próprias atividades produtivas e políticas do homem em sociedade contribuíram na formulação da teoria econômica moderna. Como postulado político, a economia pensa no uso apropriado dos recursos (produtividade), na manipulação do mercado e das finanças, na distribuição da riqueza e principalmente na previsão das incertezas. Isto a transforma na ciência social que avalia o presente e prevê o futuro, para garantir às pessoas, no particular, e à humanidade, em geral, a utilização dos recursos necessários para sobrevivência, de uma forma mais confortável possível e sem escoar os recursos naturais utilizados (sustentabilidade) (SANDRONI, 2002).

O que coloca o tema “Economia Solidária” no cerne de discussões teóricas e na dimensão concreta de atividade humana, como movimento situado na busca pela geração de trabalho e renda, no atual momento histórico é, sem dúvida, a questão social, em especial o desemprego e a precarização do trabalho. Roca (2001) apud Tauile (2001) defende que:

“A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos” (ORTIZ ROCA, 2001 in TAUILE, 2001, p. 3).

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores) (KRUPPA, 2005).

Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. Essa última condição nega a possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte no trabalho.

Daí deriva a norma de que a empresa solidária não remunera o capital próprio dos sócios e que, quando trabalha com capital emprestado, paga a menor taxa de juros do mercado. Isso significa que os ganhos dos trabalhadores têm prioridade sobre o lucro, que na empresa solidária toma a forma de “sobras”. Essas são distribuídas por decisão dos sócios de distintas maneiras, mas nunca de acordo com a participação de cada um no capital da empresa (KRUPPA, 2005).

Economia Solidária numa economia de mercado soa como um paradoxo. A economia, muitas vezes entendida unicamente como “economia de mercado”, é o contraponto da solidariedade.

Os economistas clássicos propagaram que os “egoísmos” individuais quando livres seriam eficientemente alocados, não havia espaço para filantropia ou altruísmo num bom funcionamento das forças da oferta e da procura. Depois disso pouca coisa mudou na construção epistemológica das teorias econômicas. Pelo contrário, os neoclássicos aprofundaram a justificativa de que o “padrão mercado” relaciona-se a um motivo peculiar próprio, isento de juízo de valor ou conotação moral, a utilidade (ROCHA, 2004).

Para tratar de um fenômeno que surge em reação às mudanças estruturais e ter como principal ator a própria sociedade civil, é preciso entender e refletir sobre os conceitos de economia solidária, assim como sua finalidade teórica e prática, para depois então traçar os limites e as fronteiras teóricas. Essa sociedade civil a qual se está referindo pode estar dentro dos grupos de trabalho dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o que poderia ser visto como uma ferramenta importante para o fortalecimento da Economia familiar e incentivo à Economia Solidária.

3.2 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

A Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo incorporar as demandas da sociedade brasileira no que diz respeito à responsabilidade política, tornando claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Frente ao desafio de reordenar as ações de assistência social, a descentralização ganha destaque. Dessa forma, prioriza-se a realidade da família e da comunidade em que está inserida. A atuação concretiza-se para além das demandas setoriais e segmentadas e as especificidades de cada área geográfica são mais do que consideradas no manejo da própria política, no sentido de enfatizar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. Respeita-se a diversidade das regiões, decorrentes das características culturais, socioeconômicas e políticas em cada esfera de gestão (BRASIL, 2004).

As histórias vão se avolumando. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), muitas famílias estão tendo oportunidade de mudar a realidade. São famílias que encontram alternativas para interferir e retirar os filhos do mundo das drogas, outras que os conseguem fazê-los estudar. Idosos que voltam a ter estímulos, recuperam a autoestima, convivem com outros idosos, mas também com crianças e jovens, numa sadia troca intergeracional. Casos desses tipos são vividos diariamente nas 4.005 unidades dos CRAS em funcionamento e distribuídos em mais de 3.000 municípios brasileiros. Destes, 3.200 são financiados total ou parcialmente pelo Governo Federal e o restante por Governos Municipais ou Estaduais (CRAS, 2007).

As unidades dos CRAS são espaços físicos localizados em regiões mais pobres das cidades voltadas para atendimento socioassistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Nesta condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Não por acaso, são conhecidos também pelo nome de Casas das Famílias. Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade.

Atualmente tem-se nos CRAS um espaço fundamental para desenvolver ações complementares do Programa Bolsa Família e estabelecer as devidas interfaces com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com programas de inclusão produtiva, geração de trabalho e renda. Por isso, eles representam uma importante conquista, ao mesmo tempo em que apresentam desafios, sobretudo no que diz respeito à qualificação da metodologia de trabalho, por meio de políticas de capacitação e qualificação que respeitem as capacidades locais e recuperem a autoestima (CRAS, 2007).

Este tipo de sociedade organizada busca pela geração de trabalho e renda, concentrando-se na questão social e, em especial, no desemprego e precarização do trabalho, semelhante à Economia solidária que, segundo Benini (2008):

“...propõe discutir, sobretudo pelo seu entorno o contexto na qual está inscrita, ou seja, é necessário antes mapear as grandes questões sociais e econômicas latentes no presente período histórico, no qual surge sua agenda de ações” (BENINI, 2008, p. 13).

Dessa forma, consegue-se associar os CRAS como uma ferramenta utilizada para o fortalecimento da Economia Familiar e incentivo à Economia Solidária. O presente trabalho pesquisa o CRAS do município de Prata – PB, objetivando-se analisar sua dinâmica bem como apontar os desafios enfrentados no combate às vulnerabilidades sociais.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRATA – PB

3.3.1 Localização e Acesso

O município de Prata está localizado na Microrregião Prata e na Mesorregião Borborema do Estado da Paraíba. Sua área é de 192 km², representando 0,3402% do Estado, 0,0124% da Região e 0,0023% de todo o território brasileiro (CPRM, 2005).

A sede do município tem uma altitude aproximada de 577 metros, distando 252,5 km da capital. O acesso é feito a partir de João Pessoa pelas rodovias BR 230/BR 412/PB 110.

3.3.2 Aspectos Socioeconômicos

O município foi criado em 1955, tendo população total de 3.425 habitantes, sendo 2.218 na área urbana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,608, segundo a Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD (2000). São registrados 0 (zero) domicílios particulares permanentes com banheiro ligados à Rede Geral de Esgoto, 527 domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à Rede Geral de Água, e 585 domicílios particulares permanentes têm lixo coletado. Existem 10 leitos hospitalares, em 2 Estabelecimentos de Saúde prestadores de serviços ao SUS. O Ensino Fundamental tem 716 Matrículas e o Ensino Médio 131 (IBGE, 2010).

Nas Articulações entre as Instituições encontra-se o Convênio de Cooperação com Entidades Públicas nas áreas de educação, emprego/trabalho, cultura, habitação e meio ambiente, bem como Ações Integradas com outro(s) município(s) nas áreas de assistência e desenvolvimento social, emprego/trabalho e cultura.

Há apoio de Entidades Privadas ou da Comunidade nas áreas de emprego/trabalho, turismo e meio ambiente e um Consórcio Intermunicipal na área de saúde. Encontram-se Informatizados o cadastro e/ou bancos de dados de saúde, controle de execução orçamentária, contabilidade, cadastro de funcionários, cadastro imobiliário (IPTU), folha de pagamento e mapeamento digital. Estão terceirizados os serviços de advocacia, transporte escolar, manutenção de estradas ou vias urbanas e contabilidade (CPRM, 2005).

Verifica-se descentralização administrativa com a formação de Conselhos nas áreas de saúde e assistência social e Fundo municipal nas áreas de saúde e assistência social. O município possui Programas ou Ações na Área de Geração de Trabalho e Renda e Capacitação Profissional. Existem atividades socioculturais, tais como clubes, associações recreativas e estádios ou ginásios poliesportivos (CPRM, 2005).

3.3.3 Aspectos Fisiográficos

O município de Prata está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, que representa a paisagem típica do semiárido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, com relevo predominantemente



suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte (CPRM, 2005).

Os relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino. A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. O clima é do tipo Tropical Semiárido, com chuvas de verão. O período chuvoso se inicia em novembro, com término em abril.

A precipitação média anual é de 431,8 mm. Com respeito aos solos, nos Patamares Compridos e Baixas Vertentes do relevo suave ondulado ocorrem os Planossolos, mal drenados, fertilidade natural média e problemas de sais (CPRM, 2005).

4 METODOLOGIA

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Centro de referência de Assistência Social (CRAS) Edite de Sousa Ramos, localizado na Avenida Ananiano Ramos s/n, Zona Urbana do Município de Prata – PB.

A Figura 1 ilustra a localização do município de Prata no Estado da Paraíba.

Figura 1 – Localização do município de Prata no Estado da Paraíba.



Fonte: CPRM- Serviço Geológico do Brasil/2005

4.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário/anamnese composto por 10 perguntas, dentro de uma dinâmica própria para aplicação do questionário, dinâmica esta organizada em um único momento.

4.3 PROCEDIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo a perspectiva do Levantamento, nesta fase os dados foram listados, agrupados em categorias, tratados estatisticamente e apresentados em forma de figuras (gráficos) com o auxílio de aplicativo de informática EXCEL e também com o auxílio de aplicativo editor de texto WORD.

4.4 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo é do tipo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa, através de técnica de pesquisa de campo, especificamente de Levantamento, com utilização de instrumental em forma de questionário.

A partir da técnica de Levantamento, na fase de tratamento dos dados, em que foram utilizadas respostas às questões de múltipla escolha formuladas no instrumental de pesquisa, sendo as respostas transformadas em códigos de forma a permitirem um melhor agrupamento dos dados e, conseqüentemente, sua apresentação.

A análise quantitativa, como bem lembra Trivinos (1992) refere-se a dados que tem um tipo de objetividade e de validade conceitual. Assim, a análise quantitativa transforma em números opiniões e informações, por meios de recursos e técnicas estatísticas para classificá-las e analisá-las.

Quanto aos fins, a pesquisa se caracteriza por ser do tipo exploratória o que, segundo Silva e Menezes (2001), “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Também aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas”.

Quanto aos meios, a pesquisa torna-se descritiva. Assim, para Rudio (1999) a pesquisa descritiva “está interessada em descobrir e observar fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

A pesquisa de campo consistiu na observação de fatos e fenômenos e na coleta de dados para posterior análise.

4.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada com usuários do Centro de Referência de Assistência Social “Edite de Sousa Barros”, localizado na Avenida Ananiano Ramos s/n, Zona Urbana do Município de Prata – PB.

A metodologia utilizada foi do tipo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa, através de técnica de pesquisa de campo, com utilização de instrumental em forma de questionário. Utilizou-se como amostragem 10% das 250 famílias cadastradas e atendidas na Unidade.

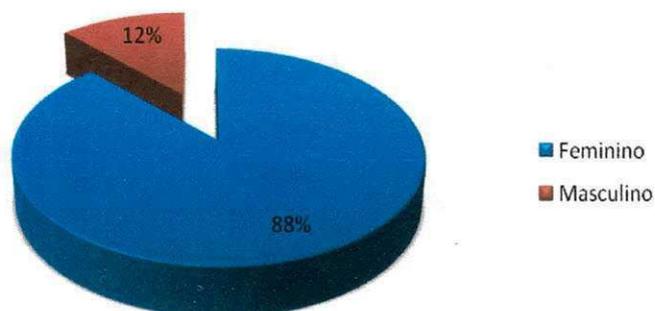
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

Os dados foram coletados em uma etapa e serão apresentados neste capítulo de forma a permitirem esclarecimentos. As perguntas foram transformadas em categorias, de forma a permitirem a melhor análise dos dados. Foram entrevistados 25 usuários, de um total de 250 cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social.

Na Figura 2 estão mostrados os resultados referentes ao percentual de homens e mulheres que utilizam o CRAS do município de Prata – PB.

Figura 2 – Percentual dos usuários com relação ao gênero.



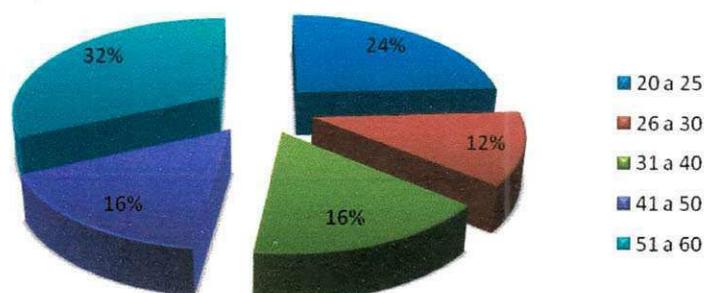
Fonte: CRAS de Prata-PB.

A família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo. Uma delas refere-se à pessoa de referência da família. Por meio da Figura 2 pode-se observar que 88% do público do CRAS são mulheres.

Da década de 1990 até 2002 houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família. Em 1992, elas eram referência para aproximadamente 22% das famílias brasileiras, e em 2002, passaram a ser referência em cerca de 29% das famílias. Esta tendência de crescimento ocorreu de forma diferente entre as regiões do País e foi mais acentuada nas regiões Metropolitanas (BRASIL, 2004).

Na Figura 3 podem ser observadas as faixas etárias que utilizam os serviços do CRAS de Prata-PB.

Figura 3 – Percentual dos usuários com relação à faixa etária.



Observa-se, a partir da Figura 3, que 24% das pessoas que frequentam o CRAS de Prata possuem idades entre 20 e 25 anos, 12% de 26 a 30 anos, 16% de 31 a 40 anos, 16% para usuários entre 41 a 50 anos e, finalmente, 32% de 51 a 60 anos, sendo o público que apresenta um maior percentual em participação.

O Brasil está envelhecendo, principalmente em consciência e participação, pois a cada dia aumenta o número de cidadãos preocupados com o crescimento cultural e que reivindicam mais espaço na sociedade. Entretanto, as transformações advindas do avanço tecnológico trouxeram uma expectativa de vida superior àquela esperada por muitos e, cada vez mais, os idosos passam a somar uma porcentagem ainda maior, representando uma parcela significativa da população (RIZOLLI e SURDI, 2010).

As questões associadas à maior idade estão demandando com o tempo. Atualmente são vários os esforços no sentido de manter o idoso inserido no meio social. Uma das formas de inserção da pessoa idosa na sociedade é através da formação de grupos de convivência, nos quais a pessoa desta faixa etária encontra espaço para desenvolver diversas atividades.

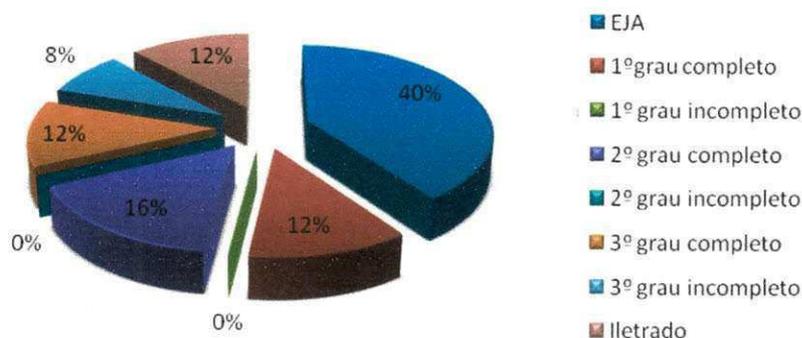
Segundo Rizzolli (2010), as mudanças que vêm ocorrendo na pirâmide populacional mostram que o número de pessoas com 60 anos ou mais está aumentando significativamente. No Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, as taxas de crescimento anual da população mantiveram-se altas, mas a partir da década de 1970, essa taxa mostrou sensível redução, acentuando-se na década de 1980. Simultaneamente, a distribuição etária da população brasileira se alterou.

No início do século, os idosos constituíam apenas 3,3% da população, percentual que foi aumentando gradativamente, atingindo 4,1% em 1940, 5,1% em 1970 e 6,1% em

1980. O censo de 1991 mostrou que os idosos brasileiros já são 7,4% da população nacional.

Na Figura 4 estão apresentados os percentuais dos usuários com relação à escolaridade.

Figura 4 – Percentual dos usuários com relação à situação escolar.



Fonte: CRAS de Prata-PB.

Pode-se observar, a partir da Figura 4, que 12% dos usuários do CRAS possuem apenas o primeiro grau completo, 16% dos usuários possuem segundo grau completo, 12% dos usuários cursaram o terceiro grau e terminaram e apenas 8% não terminaram. Um total de 12% dos entrevistados nunca teve contato com o mundo das letras e 40% dos usuários são estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No Brasil e em outras regiões da América Latina, a Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. Segundo Gadotti e Romão (2011), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular.

A Educação é apenas o aspecto prático e ativo da convivência social. Na sociedade todos educam a todos permanentemente. Como o indivíduo não vive isolado, sua educação é contínua. Mais particularmente, considerando-se apenas a transmissão dos conhecimentos compendiados, a educação também é permanente, pois o grupo dominante

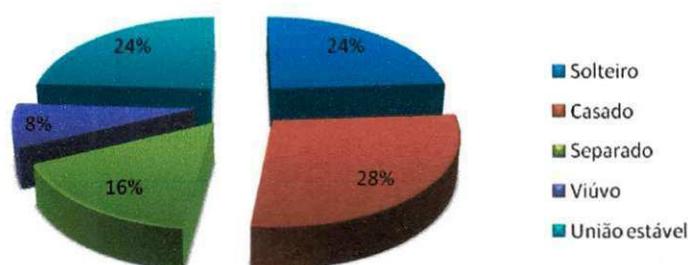
tem todo interesse em reproduzir-se nas gerações sucessivas, o que faz transmitindo às novas gerações seu estilo de vida, seu saber, seus hábitos e valores (GADOTTI, 2011).

A demanda pelo Ensino Fundamental de jovens e adultos é extensa e complexa, comportando em seu interior uma grande diversidade de necessidades formativas. Primeiramente, deve-se considerar a necessidade de consolidar a alfabetização funcional dos indivíduos, pois estudos atuais indicam que é preciso uma escolaridade mais prolongada para se formar usuários da linguagem escrita capazes de fazer dela múltiplos usos, com o objetivo de expressar a própria subjetividade, buscar informação, planejar e controlar processos e aprender novos corpos de conhecimento (RIBEIRO, 1999).

É forçoso considerar os requisitos formativos cada vez mais complexos para o exercício de uma cidadania plena, as exigências crescentes por qualificações de um mercado de trabalho excludente e seletivo e as demandas culturais peculiares a cada subgrupo etário, de gênero, étnico-racial, socioeconômico, religioso ou ocupacional. A pergunta que se coloca, então, é: como contemplar com equidade um direito básico da cidadania, retendo sob um parâmetro comum de qualidade necessidades formativo tão diverso? A literatura e a experiência nacional e internacional indicam alguns caminhos para a solução desse impasse (RIBEIRO, 1999).

Na Figura 5 são apresentados resultados referentes ao estado civil dos usuários do CRAS de Prata-PB.

Figura 5 – Percentual dos usuários com relação ao estado civil.



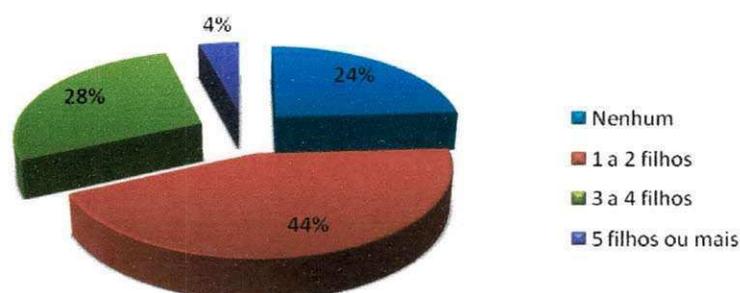
De acordo com a Figura 5, pode-se observar que ainda predominam as relações de casamento, sendo 28% dos usuários casados. 24% dos entrevistados são solteiros,

mesmo percentual para os que vivem em união estável, 16% são pessoas separadas e 8% são viúvos.

O casamento ingressa na história da humanidade como processo de socialização. Historicamente tem-se tentado naturalizar o casamento, mas no fundo ele nada mais é do que uma instituição social, tal qual a propriedade privada. Mesmo tendo assumido uma feição aparentemente contratual, o casamento guardou, ao nível imaginário, aspectos utópicos que ainda consegue seduzir jovens e velhos.

A Figura 6 apresenta os dados relacionados à quantidade de filhos dos usuários do CRAS do município de Prata – PB.

Figura 6 – Percentual dos usuários com relação ao número de filhos.



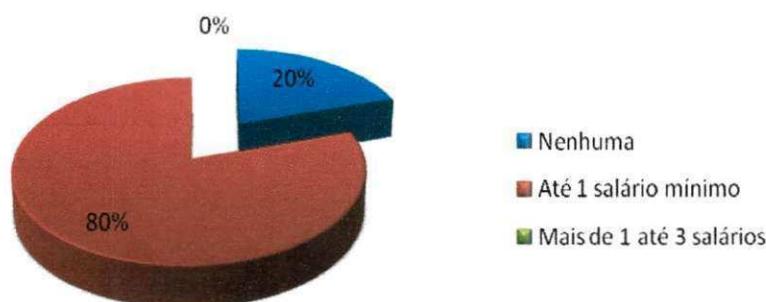
Quanto ao número de filhos, 44% têm entre 1 e 2 filhos, 28% de 3 a 4 filhos, apenas 4% têm 5 filhos ou mais e 24% ainda não tiveram nenhum filho.

Observou-se que, de fato, há uma redução no número de filhos nas famílias contemporâneas, o que diz respeito, certamente, à inserção da mulher no mercado de trabalho e às condições econômicas da família. Conforme Oliveira (2003) nota-se que as famílias contemporâneas têm cada vez menos filhos e os núcleos familiares não se parecem em nada com as famílias extensas do passado.

Para Oliveira (2003), há mulheres trabalhando cada vez mais em tempo integral. Estas transformações fizeram com que as mulheres estejam realizando hoje, como funcionárias públicas, tarefas que antes realizavam na esfera privada e familiar com as vantagens inegáveis e nunca suficientemente repetidas da independência econômica e de um perfil profissional reconhecido.

A Figura 7 mostra o percentual dos usuários com relação à renda familiar.

Figura 7 – Percentual dos usuários com relação à renda familiar.

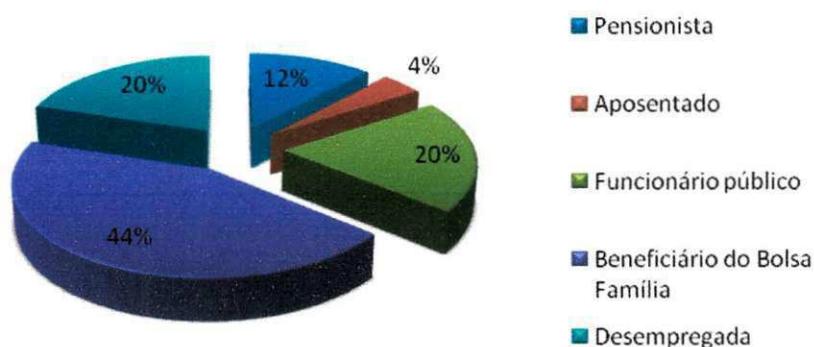


Os resultados apresentados na Figura 7 mostram que a maior parte dos entrevistados sobrevive com até um salário mínimo. Esta realidade pode ser resultado da redução da oferta de postos de trabalhos e racionalização produtiva e administrativa empreendida pelas empresas enquanto estratégia de sobrevivência em uma economia de baixo crescimento e fortemente exposto a uma concorrência externa.

O baixo desempenho econômico afetou a evolução das receitas públicas, obrigando os governos a racionalizarem também suas atividades, contendo dentro de certos limites o aumento do emprego público. Também a estratégia da política econômica foi associada à privatização de parte importante de setor produtivo estatal, que exigiu a redução de seu nível de emprego (SANDRONI, 2002).

Na Figura 8 estão expostos os resultados relacionados ao percentual dos usuários com relação à origem da renda.

Figura 8 – Percentual dos usuários com relação à origem da renda.



Pode-se verificar que grande parte dos usuários convive com relações de trabalho precarizadas, informais, sem direitos trabalhistas, o que expressa a situação atual do trabalho no país.

Para Tavares (2004), as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva em curso incidem diretamente no mundo do trabalho, redefinindo as relações de produção e o modo como os trabalhadores nele se inserem, em particular o uso flexível do trabalho através de relações informais. Para a autora, estas transformações ocorridas na esfera do trabalho, que se expressam na redução de empregos e nos processos de terceirização, além de colocarem problemas novos para as ciências sociais, impõem alterações importantes na composição da informalidade, indicando uma urgente necessidade de investigação, na medida em que é basilar para o debate da questão social.

Observa-se, a partir da Figura 8, que 44% dos usuários recebem o Benefício do Governo Federal, o Bolsa Família, o qual se caracteriza por ser um programa de transferência de renda direta, que beneficia famílias em situação de pobreza com renda mensal por pessoa de R\$70,00 a R\$ 170,00 e extrema pobreza com renda mensal de até R\$ 70,00. Este programa seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no CAD ÚNICO – Cadastro Único de informações Sociais do Governo Federal.(CASTRO, 2009). É um instrumento de coleta de dados que tem por finalidade identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no país. O papel do CRAS, neste contexto, é realizar o acompanhamento e trabalho social com as famílias, em especial com as beneficiárias de programas sociais, tais como o bolsa família.

5.2 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO CRAS

O quadro alarmante de exclusão social que testemunha-se no Brasil requer urgência na obtenção de soluções concretas para desafios antigos como a pobreza, a fome, a baixa escolaridade, a violência e tantos outros que nem o mercado, nem o estado conseguiram solucionar. O aumento da concentração de renda nas últimas décadas agravou-se com o atual processo de globalização econômica (BRASIL, 2009).

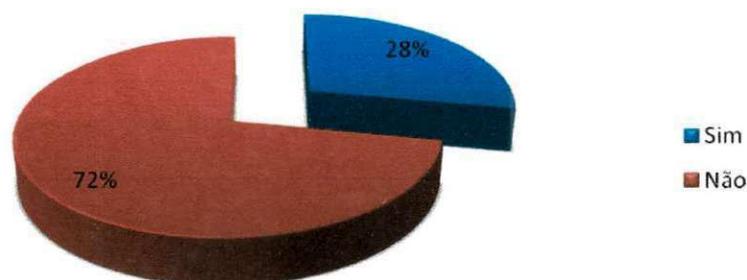
As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sobrevivência.

Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), muitas famílias estão tendo oportunidade de

mudar a realidade. São famílias que encontram alternativas para interferir e retirar os filhos do mundo das drogas, outras que os conseguem fazer estudar. Idosos que voltam a ter estímulos, recuperam a autoestima, convivem com outros idosos, mas também com crianças e jovens, numa sadia troca intergeracional (BRASIL, 2009).

Na Figura 9 apresentam-se os resultados com relação à produção dos usuários após finalização dos cursos.

Figura 9 – Produção após a conclusão do curso.



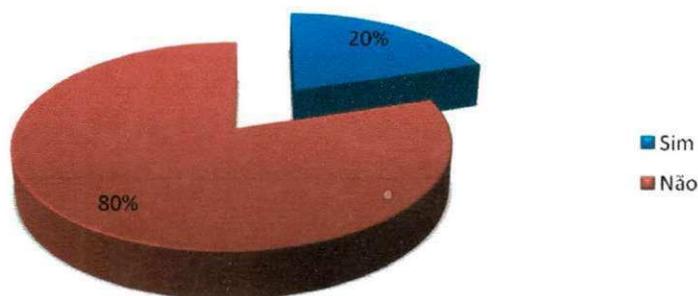
Na Figura 9 observa-se que 72% dos usuários faz uso dos conhecimentos adquiridos nas oficinas ofertadas no CRAS.

Em uma sociedade capitalista, na qual se produzem relações sociais e produtivas com a finalidade precípua de valorização do capital, não há inclusão que não atenda a esta lógica, como não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas, apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas que definem os projetos, seus financiamentos e suas formas de gestão (KUENZER, 2006).

O desafio que se coloca é o rompimento deste círculo, o que demanda novas leituras, propostas e práticas a partir da ampliação da participação dos trabalhadores na formulação das políticas e na gestão dos processos, capazes de interferir positivamente no atendimento às necessidades dos que vivem do trabalho, tendo sempre em mente que não é possível fazê-lo sem criar oportunidades dignas de trabalho (KUENZER, 2006).

Na Figura 10 estão apresentados os resultados referentes à filiação dos usuários do CRAS a alguma entidade.

Figura 10 – Respostas ao questionamento “É filiado a alguma entidade?”.



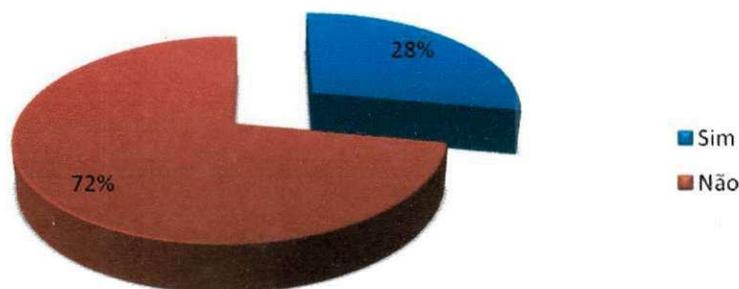
Pode-se observar que 80% dos usuários procuram se envolver em entidades que vivenciem situações de trabalho e incentivo para eles, enquanto 20% ainda não se envolveram com nenhuma entidade.

Abre-se, dessa maneira, espaço para se pensar no surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Na economia solidária encontram-se milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São principalmente iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços (BENINI, 2008).

Na Figura 12 podem ser observados os percentuais de usuários que conseguiram melhorar sua renda financeira após participar das oficinas ofertadas no CRAS.

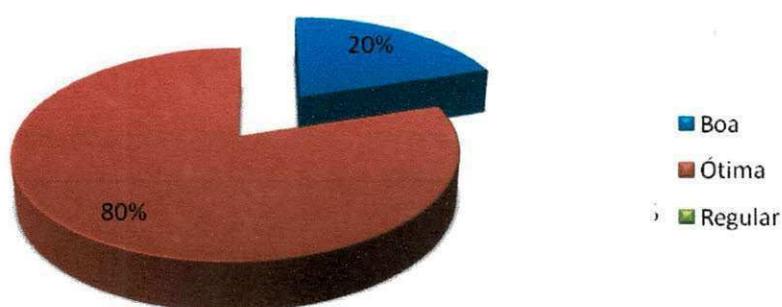
Figura 12 – Respostas ao questionamento “Conseguiu alguma renda financeira advinda das oficinas e cursos oferecidos pelo CRAS?”.



O percentual apresentado mostra que o incentivo à educação profissional oferecido pelo CRAS foi válido, visto que 72% dos usuários afirmaram ter conseguido uma renda financeira após terem cursado as oficinas e cursos oferecidos pelo CRAS.

Na Figura 13 pode-se observar a avaliação feita pelos usuários do CRAS de Prata-PB com relação à qualidade dos serviços oferecidos.

Figura 13 – Avaliação pelos usuários da atuação do CRAS de Prata-PB.



Observa-se que 80% dos que usufruíram dos serviços ficaram satisfeitos, o que direciona os dirigentes dessa Instituição a continuar buscando ofertar cada vez mais um serviço de qualidade.

6 CONCLUSÕES

De acordo com os resultados aqui apresentados, pode-se inferir que o perfil dos usuários do CRAS do município de Prata-PB é bastante revelador das condições de vida da maioria das famílias brasileiras. Famílias que se constituem em usuárias do SUAS.

Observou-se que no universo pesquisado há uma predominância do sexo feminino, o que confirma a discussão de vários autores sobre a ausência masculina nos serviços de Assistência Social. A faixa etária que predominou foi a de 20 a 60 anos de idade, o que leva a deduzir que são indivíduos em plena atividade laboral.

Foi possível constatar, ainda, certa predominância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível de escolaridade, o que leva a refletir o quanto a Educação de Jovens e adultos é melhor percebida atualmente e vai se movendo na direção da realidade quando o sistema começa a fazer algumas exigências com relação à qualificação.

Predominam as relações estáveis, do tipo casamento, com número de filhos reduzido. A maioria sobrevive com apenas um salário mínimo, renda que se origina do Programa do Governo Federal, o Bolsa Família, e demais trabalhos precarizados e sem direitos trabalhistas no setor informal, o que expressa a situação atual do país.

Verificou-se que a maioria dos usuários, após concluírem as oficinas ou cursos oferecidos pelo CRAS, conseguiram produzir e se apropriar de alguma renda extra. Isto mostra que os CRAS têm conseguido criar oportunidades de trabalho e melhoria de qualidade de vida para seus usuários. Revelou-se uma grande quantidade de usuários filiados a uma Organização Não-Governamental (ONG) existente naquela cidade, mostrando que existe a necessidade desses trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Espera-se que este trabalho sirva de suporte para futuras investigações, bem como para subsidiar as ações dos profissionais de áreas afins, em particular a assistência social, nas suas intervenções cotidianas nos seus serviços, tendo como norte um atendimento humanizado com vistas na melhoria da qualidade de vida dos usuários do SUAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social PNAS, 2004.

_____, **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 1ª ed., Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____, **Caderno Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BENINI, E. G. **Reforma Agrária no Contexto da Economia Solidária**, Palmas: UFT, 2008.

BORTOLOZZI, R. M. **Contribuições da psicologia histórico-cultural para o enfrentamento do trabalho Infantil; buscando compreender para além do fenômeno**. Monografia apresentada ao curso de psicologia. UFP, Curitiba, 2009.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-197 e 1970 – 1995**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

CASTRO, F. J. R. de, **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais** Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Prata, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: www.cprm.gov.br, Acesso: 20 de Janeiro de 2013.

CRAS, **Um lugar de (re)fazer histórias**. Ano 1, n. 1, Brasília: MDS, 2007.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**, 12ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, G. **Ossos do Ofício**, Rio de Janeiro: Lithos edições de arte, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Prata-PB, 2010, Disponível em: www.geoftp.ibge.gov.br, Acesso: 20 de Janeiro de 2013.

KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

KUENZER, A. Z. **A Educação Profissional nos Anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006, Disponível em: www.cedes.unicamp.br, Acesso: 19 de Setembro de 2013.

OLIVEIRA, C. M. C. de, **Atenção básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade**. Dissertação/Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2010.

RIZZOLLI, D.; SURDI, A. C. **Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade**, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Centro de Educação Letras e Educação Física,

Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., v. 13, nº 2, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.revista.unati.uerj.br, Acesso em: 18 de Setembro de 2013.

ROCHA, J. M. **Economia solidária: discutindo uma nova ética nas relações de trocas**. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de economia**, 11ª ed., São Paulo: Best Seller, 2002.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Florianópolis: UFSC, 2001.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

TAUILE, J. R. **Do Socialismo do Mercado à Economia Solidária**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

TAVARES, M. A. **Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**, São Paulo: Cortez, 2004.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO À POPULAÇÃO USUÁRIA DO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)
EDITE DE SOUZA BARROS DE PRATA-PB.

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

1-VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

DATA: _____ PESQUISADOR (A): _____

1) LOCALIDADE: _____

2) NOME: _____

3) GÊNERO: _____

4) FAIXA ETÁRIA (IDADE) _____

5) Nº DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA ()

6) SITUAÇÃO ESCOLAR

- a) Alfabetizado () sim () não
- b) EJA () sim () não
- c) 1º grau completo () sim () não
- d) 1º grau incompleto () sim () não
- e) 2º grau completo () sim () não
- f) 2º grau incompleto () sim () não
- g) 3º grau completo () sim () não
- h) 3º grau incompleto () sim () não
- i) Iltrado () sim () não

7) ESTADO CIVIL

- a) Solteiro (a) ()
- b) Casado(a) ()
- c) Separado (a) ()
- e) Viúvo (a) ()
- f) União estável ()
- g) Outros (). Qual: _____

8) NÚMERO DE FILHOS

- a) Nenhum ()
- b) 1 a 2 filhos ()
- c) 3 a 4 filhos ()
- d) 5 filhos ou mais ()

9) RENDA DA FAMÍLIA

- a) Pensionista ()

- b) Aposentado (a) ()
- c) Pensão alimentícia ()
- d) Funcionário público ()
- e) Beneficiário do Bolsa Família()
- f) Desempregada(o) ()
- g) Outros (). Especificar: _____

II - INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

10) JÁ FEZ ALGUM CURSO OU OFICINA OFERTADO PELO CRAS?

Sim () Não ()

11) CONSEGUE PRODUZIR AO CONCLUIR OS CURSOS OU OFICINAS?

Sim () Não ()

12) É FILIADO A ALGUMA ENTIDADE? SE SIM, QUAL?

- a) Associação ()
- b) Sindicato ()
- c) Cooperativa ()
- d) Não ()

13) PRETENDE SE FILIAR A ALGUMA ENTIDADE?

Sim () Não ()

14) CONSEGUIU ALGUMA RENDA FINANCEIRA ADVINDA DAS OFICINAS E CURSOS DO CRAS?

Sim () Não ()

15) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO CRAS DE PRATA?

- a) Boa()
- b) Ótima ()
- c) Regular ()

APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS DAS OFICINAS OFERTADAS PELO CRAS (ANO 2012).

Figura A.1 – Oficina de chocolate.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.2 – Oficina de bordado em roupas.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.3 – Oficina de culinária bodística.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.4 – Oficina de culinária regional.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.5 – Oficina de marcenaria.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.6 – Oficina de confecção de enfeites juninos.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.7 – Oficina de papietagem.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.8 – Certificação da oficina de crochê.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.9 - Produtos confeccionados no CRAS.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).

Figura A.10 – Produtos confeccionados no CRAS.



FONTE: Arquivo pessoal (2012).